

A hora do **desemprego** **zero** no Brasil

A adoção de uma política de pleno emprego, com redução do superávit primário, queda acentuada da taxa de juros aos patamares internacionais, controle sobre os capitais de curto prazo e administração do câmbio, de forma a não prejudicar as exportações, é o que defende o economista José Carlos de Assis, em uma campanha que deverá ser lançada nas próximas semanas, com o apoio de várias entidades da sociedade civil: o desemprego zero.

Página 7

**João Sicsú:
Lula aprofunda
política de FHC**

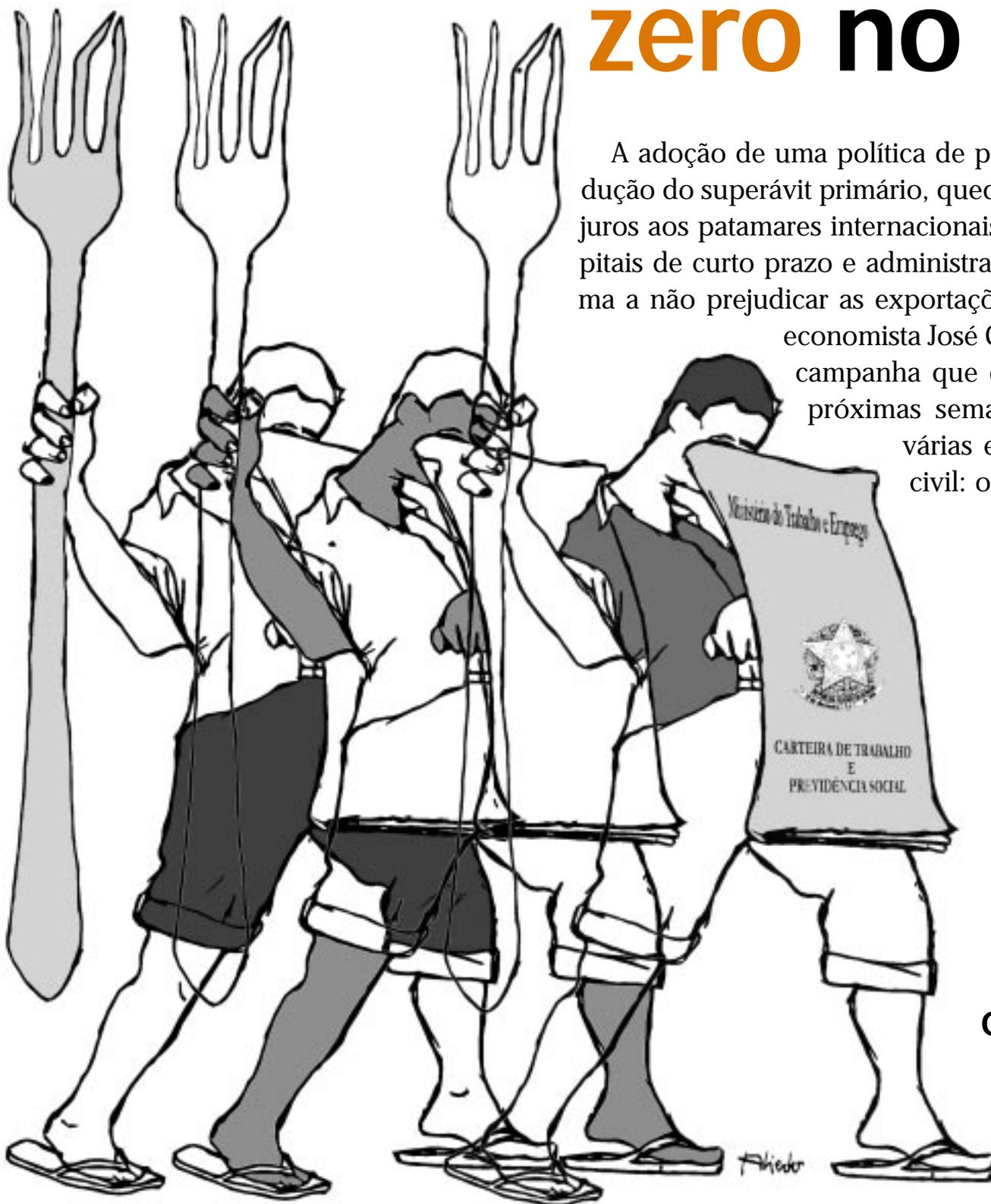
Página 8

**Corecon debate
um ano de
Governo Lula**

Página 16

**Orçamento do Rio
destina R\$1
à criança de rua**

Página 14



EDITORIAL

Desemprego zero

Havíamos planejado para capa desta edição o tema sobre a construção ou não de uma nova refinaria da Petrobras, no Rio de Janeiro. Para tanto, foram convidados o Secretário Estadual de Energia, Wagner Victer, e o presidente da Aepet, Fernando Siqueira, com posições opostas sobre o tema.

Entretanto, o aumento do desemprego e os contornos cada vez mais evidentes de que o país corre o sério risco de mergulhar em um processo recessivo, caso haja qualquer turbulência na economia internacional, levaram-nos a alterar os planos. E a optar, para capa, pela temática abordada pelo economista José Carlos de Assis sobre o “desemprego zero”.

Como bem demonstra em sua entrevista o professor João Sicsú, do Instituto de Economia da UFRJ, os riscos de inflação e novas oscilações cambiais ainda não estão de todo descartados. Até mesmo porque os chamados “humores” do mercado podem variar, perante qualquer sinal ou declaração de ministros ou

governantes que lhes coloquem em risco os generosos e abundantes lucros auferidos no mundo financeiro.

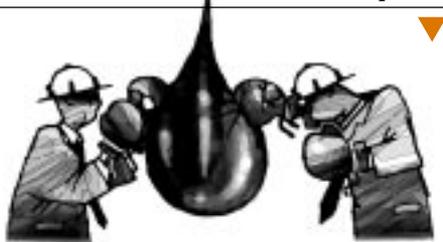
Reputação e credibilidade no mercado financeiro, como assinala Sicsú, constituem processos longos e demorados que podem desabar a qualquer momento, levando o país junto. Sem perder de vista a polêmica sobre a localização de uma possível nova refinaria da Petrobras, o **JE**, nesta edição, aprofunda o debate sobre a economia praticada pelo Governo Lula, assunto que, por sinal, estará no centro e no foco do debate que o Corecon-RJ realiza no próximo dia 27 de novembro, reinaugurando o auditório da entidade.

Quem vai participar tem muito a dizer: os professores e economistas Francisco de Oliveira, Reinaldo Gonçalves e Wilson Cano. Enquanto o debate não chega, o **JE** espera estar fornecendo alguns importantes subsídios para essa discussão.

Tenham todos uma boa leitura e até o debate do dia 27. ■

Sumário

- Página 3** Refinaria no Rio: SIM – Wagner Victer
Página 5 Refinaria no Rio: NÃO – Fernando Siqueira



- Página 6** Lançamento da Agenda Brasil
Página 7 Desemprego Zero – J. Carlos de Assis
Página 8 Entrevista: João Sicsú, professor do IE/UFRJ
Página 11 Exportações para os EUA – Pedro Paulo Felicíssimo
Página 14 Orçamento do Rio 2004 – Equipe do Fórum
Página 16 Corecon debate Governo Lula
 Economistas elegem conselheiros
 Inscrição para novos cursos
 Opções para o Brasil

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECOS - RJ
 ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya

Editor: Nilo Sérgio Gomes
 Correio eletrônico: nilosgomes@bol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
 Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
 Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
 Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
 Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
 internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: Sidney Pascotto • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Julio Diniz Bastos Pinto, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas Lemos, Mauro Osório da Silva.

SINDECOS - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
 Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
 Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
 Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

REFINARIA NO RIO: SIM OU NÃO? Wagner Granja Victer*



SIM

Solução do possível 'apagão' do refino



O Brasil, até o início da década de 80, apesar de não possuir produção de petróleo equivalente à sua demanda, se orgulhava, porém, de ter uma capacidade de refino equivalente às suas necessidades de derivados de petróleo. Essas refinarias, à época desses projetos, foram especificadas basicamente para processar petróleo tipo "Árabe Leve", que eram disponíveis no mercado, e foram ajustadas, no possível, ao longo do tempo para o petróleo nacional mais pesado.

É fato notório que, nos últimos 15 anos, os investimentos da Petrobras majoritariamente caminharam para a área de produção de petróleo (*upstream*), havendo uma redução drástica dos investimentos na ampliação do parque de refino nacional (*downstream*). O último investimento significativo na área de refino foi a ampliação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), na Bahia.

Para agravar a situação de desequilíbrio crescente entre a capacidade de refino nacional e a demanda que crescia, a produção brasileira começou a se concentrar em petróleo do tipo pesado, principalmente, em função do Campo de Marlim, na Bacia de Campos. Este petróleo pesado, por sua característica (baixo grau API), não pode ser processado em toda a sua quantidade no país, em vista as ca-

racterísticas técnicas de nossas refinarias, fazendo com que o Brasil tenha que exportar, por um baixo valor, parte do petróleo que extrai, e importar um óleo mais leve, de maior valor, para fazer a mistura (*blend*), adequando o petróleo à capacidade técnica das refinarias nacionais.

Dependência futura

Ainda em relação aos aspectos estratégicos, segundo dados de recente estudo publicado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), contratado a Consultoria Booz-Allen Hamilton, a dependência externa no país no que diz respeito ao abastecimento do mercado interno de derivados de petróleo está na faixa de 17% e deverá aumentar para 35%, até 2010. As práticas internacionais recomendam a dependência de, no máximo, 10% a 20%.

Vale, contudo, ressaltar que durante uma crise internacional é possível adquirir petróleo. Porém, é extremamente mais difícil adquirir, no mercado internacional, derivados. Portanto, o abastecimento nacional garantido de forma competente pela Petrobras nos seus 50 anos de existência poderá correr sérios riscos nos próxi-

mos anos, até porque o prazo de implantação de novas refinarias, por seus aspectos ambientais e complexidade construtiva duram de quatro a seis anos.

Como agravante de tal situação, os derivados em que o país está mais frágil, importando em grandes quantidades, são respectivamente o GLP (gás de cozinha) e o Diesel, que impactam diretamente a vida do cidadão comum e no principal modal de transporte nacional, que é o rodoviário. Ressalte-se que estes dois derivados tiveram uma variação de preços, em 2002, superior a 40%, que impactaram na inflação e no custo de vida da sociedade, demonstrando a sua relação direta com a questão cambial. Além desses produtos, o Brasil também é importador de nafta (uso petroquímico e indústria plástica) e de querosene de aviação (QAV), cujo preço aumentou 24,4%, no último dia seis de março.

No cenário atual, caso não haja uma ação imediata, poderemos no futuro estar de frente para o "apagão 2", agora para o diesel e para o GLP, segundo os dados publicados pelo estudo da ANP, visto que, mesmo com os investimentos previstos no Plano Estratégico da Petrobras, o Brasil terá, em

2010, um déficit de derivados de 670 mil barris por dia que, se suprido por importações, causará um impacto de US\$ 5,2 bilhões por ano somente no dispêndio de divisas para aquisição de derivados. Caso haja dificuldade de implantar os projetos da Petrobras, este déficit aumentaria para 820 mil barris por dia, gerando um impacto negativo na balança de US\$ 6,3 bilhões ao ano.

Frente a tal quadro, a posição configurada pela sociedade fluminense foi definida no último dia seis de janeiro: a governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, e os presidentes das principais entidades do estado, como Federação das Indústrias (Firjan), Fecomércio, Associação Comercial, CREA-RJ, OAB-RJ, Clube de Engenharia, ABCE, ADVB, lançaram a campanha "A Refinaria é Nossa", suprapartidária, em defesa da ampliação do parque de refino brasileiro, que dentro das projeções anteriores necessitará, no médio prazo, de pelo menos duas a três novas refinarias, sendo uma delas no Norte Fluminense e certamente outra no Nordeste.

Projetos não são excludentes

É muito importante ressaltar que o projeto de uma nova refinaria no Estado do Rio de

Janeiro não compete em sua área de influência, ou é excluído em vista da construção de uma outra unidade de refino no Nordeste. Muito pelo contrário, a realização dos dois projetos em conjunto poderia propiciar ganhos de escala e aprendizado, o que permitiria reduzir investimentos em ambos projetos.

Nesta linha, as possíveis novas descobertas de petróleo no Nordeste, como anunciada para Sergipe, por serem de óleo do tipo leve, favorecem a nova refinaria no Estado do Rio de Janeiro, pois deslocariam o óleo pesado para a refinaria do Norte do Estado.

(cerca de 1,3 milhão de barris de óleo por dia), principalmente, do tipo pesado, que, conforme já exposto, não é em todo processado no país e vem sendo exportado em quantidades crescentes. Apesar de todo esse volume produzido, o Rio de Janeiro possui somente cerca de 13,5% da capacidade de refino instalada do Brasil.

Com relação a mercados para derivados, o Rio de Janeiro está no coração do principal mercado consumidor nacional – a Região Sudeste – e pode funcionar como uma base logística de exportação dos derivados para o exterior e para outras regiões do País.

a desconcentração industrial e fazendo com que o conjunto de empreendimentos que surgirá em combinação com a refinaria não gere impactos aos grandes centros urbanos, permitindo, diante das novas legislações ambientais, não existentes na ocasião de implantação do parque de refino brasileiro, fazer planejamentos urbanístico, ocupacional e ambiental extremamente aceitáveis para empreendimentos deste tipo.

Justiça social

Há ainda a considerar, além das razões técnicas, ambientais e econômicas, a principal razão para a implantação da refinaria no Norte Fluminense, que é a justiça social. Não podemos, como brasileiros, virarmos as costas para uma situação que pode ocorrer daqui a décadas, quando o petróleo vier a acabar naquela região e não deixar um projeto permanente de desenvolvimento para a área.

O Norte Fluminense pode virar uma nova Serra Pelada, onde toda riqueza foi extraída e abandonada à miséria posterior. Fazendo uma reflexão comparativa e muito justa, “o que seria da economia da Bahia, berço da produção de petróleo nacional, através do pioneiro Campo de Lobato, e que no passado já foi o principal Estado produtor de petróleo nacional, se hoje não existisse a Refinaria Landolfo Alves (RLAM) e o Pólo Petroquímico de Camaçari, que derivou tecnicamente nesta refinaria?”

Portanto, a indústria de petróleo brasileira, em especial a Petrobras, deve considerar nesta decisão de localização e em outros projetos o “custo de descomissionamento” das instalações petrolíferas na região, visto que os diversos poderes públicos – federal, estadual e municipal – e a própria Petrobras, fizeram elevados investimentos em infra-estrutura na

região que ficarão “ociosos” no futuro, gerando elevado custo, sem a existência respectiva de atividade econômica que dê sustentabilidade à sua manutenção, desperdiçando o país alguns bilhões de dólares de investimentos realizados.

Caberia, também, à Petrobras se incorporar vigorosamente neste esforço, visto que não é possível pensar em novas refinarias no Brasil sem a presença articuladora e a capacidade viabilizadora da Petrobras, até pelo fato de ser concentradora de cerca de 98% da capacidade de refino nacional, além da posição de maior produtora de petróleo nacional e, principalmente, da existência de grandes volumes de petróleo pesado, que teoricamente seria processado nesta nova unidade no Norte Fluminense.

Uma nova refinaria no estado, dentro de um princípio de economicidade, teria capacidade de processamento de 200 mil barris diários de petróleo, com um custo de implantação aproximado de US\$ 1,8 bi a US\$ 2 bilhões. A geração de empregos seria da ordem de 30 mil diretos e indiretos, além da dispersão em diversos municípios da região Norte de outros investimentos agregados, tais como uma nova instalação portuária, estações de tratamento de óleos (ETO), condomínios industriais e unidades petroquímicas, aproveitando a matéria prima que será disponibilizada.

A nova refinaria no Norte Fluminense será batizada de Refinaria Barbosa Lima Sobrinho, em homenagem a um grande nome da história brasileira que sempre esteve à frente das batalhas em defesa do desenvolvimento da indústria do petróleo brasileira, com grande parte de sua vida política no Estado do Rio de Janeiro. ■



A Bacia de Campos produz mais de 80% do petróleo brasileiro, principalmente, do tipo pesado, que não é todo processado no país e vem sendo exportado. Apesar de todo esse volume produzido, o Rio possui somente 13,5% da capacidade de refino do país

Não existe também qualquer conflito desta nova refinaria no Norte do estado com a futura e necessária “ampliação da capacidade da Reduc”, que é um projeto que terá a função primordial de modernização daquele parque, melhorando o perfil e a qualidade dos produtos lá hoje produzidos, em vista das limitações ambientais existentes que indicam dificuldades para grandes ampliações de capacidade, isto é, para o aumento, em larga escala, de carga processada.

Mas por que o Norte Fluminense?

Certamente, por razões técnicas, logísticas, econômicas, ambientais e de justiça social. Vale ressaltar que a Bacia de Campos completou 25 anos de produção e, hoje, produz mais de 80% do petróleo brasileiro

A existência de um trecho subutilizado da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), pertencente à Cia. Vale do Rio Doce, que chega no norte do Estado, permitiria utilizar uma infra-estrutura já existente, que chega a todos os estados do Sudeste e alguns do Centro-Oeste.

Cabe ressaltar que a implantação no país de refinarias para petróleo pesado permitirá agregar valor ao óleo produzido na região do Norte Fluminense, no processo de refino, ou, ainda, adequando-o para exportação, em forma de derivados ou óleo tratado, o que será ainda mais reforçado em caso de novas e expressivas descobertas de petróleo na região (Bacias de Campos e de Santos).

Do ponto de vista ambiental, o Norte do estado possui grandes áreas desertas, favorecendo

* Engenheiro e Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo

REFINARIA NO RIO: SIM OU NÃO? Fernando Siqueira*

Refinaria é mais urgente no Nordeste

NÃO

A discussão sobre a construção de uma refinaria no Estado do Rio de Janeiro está muito simplificada e politicamente incorreta. Tecnicamente, há vários fatores que influenciam a escolha do local mais adequado: disponibilidade de água doce, possibilidade de descarte de água tratada sem dano ambiental e existência de infraestrutura de transporte, principalmente estrutura portuária.



Um dos fatores mais importantes a ser considerado, por problemas de logística, é a localização das refinarias próxima aos centros de consumo de derivados, ao invés de junto ao local de produção. Isto porque é mais fácil transportar óleo bruto, qualquer que seja o modal de transporte, do que derivados.

É o caso, por exemplo, do poliduto Paulínia-Brasília, construído para melhorar o transporte de derivados para o Centro-Oeste, eliminando o tráfego de carretas ou caminhões-tanque. O resultado foi muito bom porque, além da

redução drástica dos custos de transporte, conseguiu-se poupar as estradas do tráfego pesado dos caminhões.

Entretanto, persistem alguns problemas: como são enviados vários derivados pelo mesmo poliduto, cada vez que se precisa transportar um novo derivado é necessário retirar todo o conteúdo anterior de dentro do poliduto. É um volume considerável do produto que fica dentro do duto. São mais de 1.000km e um diâmetro superior a 50cm. Para retirá-lo, é preciso que exista tancagem com capacidade suficiente,

além de ser necessário administrar a seqüência de bombeio e a interface entre os líquidos em face da contaminação. Esta interface tem que ser reprocessada.

Se houvesse só o petróleo bruto a ser transportado, com a construção de uma refinaria no Planalto Central, o poliduto operaria com quase 100% de eficiência. No caso do transporte ser efetuado através de navio petroleiro, o mesmo raciocínio é aplicável, ou seja, é mais fácil transportar o petróleo do que compartimentar o navio para transportar vários derivados.

Nordeste é melhor local

Dentro desta lógica, o Nordeste é o local mais propício porque se prevê para a região um consumo anual de derivados, em 2005, da ordem de 20 milhões de barris. "O Nordeste tem apenas a refinaria de Mataripe, na Bahia, enquanto o Rio de Janeiro, que tem um consumo previsto de cerca de 8 milhões de barris/ano, já tem duas refinarias: a Reduc e Manguihos.

À frente do Rio viria o Centro-Oeste, que tem uma demanda prevista de 8 milhões de barris por ano e não tem refinaria. São Paulo seria a terceira opção,



mas tem que ser levada em conta, entre outros pontos, a questão ambiental. O Estado de São Paulo está sobrecarregado.

Outro fator de suma importância é o social. Se considerarmos a questão da geração de empregos e renda numa região de profundas carências como é o Nordeste, novamente aquela região ganha do Estado do Rio. Fluminense de nascimento, tendo três filhas formadas, necessitando de emprego de melhor qualidade, gostaria de defender uma refinaria no Rio de Janeiro.

Politicamente, seria bom em termos de projeção pessoal. Mas, por 25 anos em trabalhos de relevância na Petrobrás, aprendi a ver as questões pelo lado técnico, estratégico e do interesse nacional. Sob estes aspectos, o Nordeste seria novamente a opção mais correta.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Petrobras tinham uma projeção de demanda de combustíveis que não se confirmou, devido à retração da economia causada, entre outras coisas, pelas perdas salariais dos trabalhadores. A demanda prevista encolheu e a Petrobrás reviu suas projeções, o que não foi feito pela ANP. O fato é que a companhia de petróleo prevê a necessidade de uma refinaria nova apenas em 2008.

A Petrobrás projetou ampliações em seis refinarias existentes, o que resultará em um aumento da capacidade de refino do país em cerca de 215 mil barris por dia. Este mon-

tante equivale a uma refinaria nova. Vale lembrar que o custo da ampliação é muito inferior ao de construção de uma refinaria nova.

Prioridades para o Rio de Janeiro

O Estado do Rio tem outras prioridades, como, por exemplo, a criação de um Pólo Petroquímico. O melhor local para esse pólo teria que ser bem estudado. O Norte Fluminense é candidato forte porque, quando o petróleo estiver se extinguindo, precisará ter geração de emprego substituta. O município de Itaguaí, outro concorrente, é próximo ao porto de Sepetiba.

O pólo poderá recorrer às modernas técnicas de conjugação refinaria/petroquímica, inclusive, utilizando o óleo de Marlim. Será conveniente uma

análise minuciosa dessa alternativa, efetivada por um Grupo de Trabalho formado por especialistas independentes. Poderiam ser da Petrobrás, do BNDES, das universidades e do setor privado. A demanda por produtos petroquímicos está crescendo.

Além do Pólo Petroquímico, o governo estadual deve investir em áreas sociais carentes, como hospitais para dependentes químicos; recuperar o Iaserj – hospital para os servidores públicos do Estado do Rio, que se encontra em situação calamitosa. É fundamental ainda a construção de uma unidade de fabricação de remédios para a população carente, no Instituto Vital Brazil (investimentos de apenas R\$ 30 milhões, por exemplo, são suficientes para decuplicar a capacidade do IVB); recuperar e equipar os presídios; construir um centro de recuperação

de menores infratores com quadras olímpicas e escolas profissionalizantes (já existe esboço desse projeto feito pelo escritório de projetos de Oscar Niemeyer); recuperar cozinhas e oficinas para ocupar dignamente os presidiários; recuperar e construir escolas, inclusive os Cieps; construir escolas e centros de capacitação de profissionais de nível médio (a exemplo do Senai, mas voltado para aplicação imediata na geração de mão-de-obra qualificada para a construção de plataformas e equipamentos).

Uma refinaria nova, de porte médio, custa cerca de US\$ 2 bilhões. Com este volume de recursos o Estado do Rio poderia investir em melhorias consideráveis no Estado. Por exemplo, em infra-estrutura para permitir uma exploração mais efetiva do grande potencial que é a indústria do turismo. O Estado do Rio tem serras e praias da melhor qualidade, separadas por poucos quilômetros de distância, o que lhe dá uma imensa vantagem comparativa com outros estados brasileiros e até com países que exploram o turismo com sucesso. Hoje a Baía de Ilha Grande, um dos ícones do turismo do estado, se encontra praticamente abandonada, turisticamente falando.

A segurança pública é um dos gargalos do desenvolvimento e da qualidade de vida do Estado. São exigidos investimentos e providências para que o estado se livre de uma má fama que tem espantado os investidores em geral, que estão preferindo São Paulo, e impede a geração de emprego e desenvolvimento no estado.

Seria ótimo ter a construção de uma refinaria gerando emprego no Estado. Todavia, neste momento, esta tese não se sustenta nem técnica nem socialmente falando. É uma pena, mas é a pura realidade. ■

Livro Agenda Brasil será lançado dia 17, no Rio

O livro "Agenda Brasil políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços", de vários autores e organizado pelos economistas João Sicsú, José Luiz Oreiro e Luiz Fernando de Paula, será lançado no próximo dia 17 de novembro, a partir das 19h, na Livraria

Letras & Expressões (rua Visconde de Pirajá, 276, Ipanema).

Com a dedicatória que já antecipa em parte o seu conteúdo – *Aos dois terços de eleitores brasileiros que votaram em Lula acreditando que este País poderia mudar para melhor* – o livro traz textos sobre a influência do FMI na economia brasileira, taxa de juros e controle da inflação, fluxo e controle de capitais, dívida pública e política fiscal, regime cambial, produtivi-

dade do trabalho e emprego, financiamento de longo prazo, desenvolvimento regional e distribuição de renda e pobreza no Brasil. ■



* Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras

CONJUNTURA J. Carlos de Assis

É possível desemprego zero?

Antônio Ermírio de Moraes colocou a mão na ferida quando disse que os problemas brasileiros não serão resolvidos com o “Fome Zero”; e que precisamos, em seu lugar, de um programa de “Desemprego Zero”. É a nossa tese. Ele acha que desemprego zero realmente não é possível, mas insiste que o Governo tem de enfrentar o desemprego. Essa declaração seria suficiente para justificar nossa convergência com o maior industrial brasileiro. Mas queremos ir um pouco além. Queremos sustentar que desemprego zero é, sim, uma meta não só desejável, como possível. Não só possível, como é um imperativo da democracia.



Quando propomos uma política de pleno emprego, ou de desemprego zero, não estamos nos referindo apenas a trabalhadores de carteira assinada, ou mesmo, a empregados formais ou informais. Estamos falando de postos de trabalho remunerado. Também não vemos o pleno emprego como um objetivo em si, mas como um resultado esperado de determinada política econômica. O que estamos propondo, pois, não é só uma utopia social, mas uma política macroeconômica definida – a qual, historicamente, tomou o nome de “política de pleno emprego”.

Em que consistiria esta política no Brasil, neste momento, sob o Governo Lula? Significaria uma redução e eventual eliminação do superávit primário de mais de 5% do PIB, uma redução drástica da taxa de juros básica para patamares internacionais, o controle dos capitais de curto prazo e a administração do câmbio num patamar favorável às exportações. É esta, sinteticamente, a política econômica de pleno emprego proposta. Está nestes termos no Manifesto dos Economistas de junho último. E está subentendida em toda manifestação propositiva dos economistas ditos keynesianos.

Os riscos: inflação e chantagem

Vejamos os riscos para Lula em adotar esta política. São basicamente dois: o risco inflacionário e o risco externo. O risco inflacionário não passa de um embuste ortodoxo. Partindo de uma situação de alto desemprego e grande ociosidade no parque produtivo, não há que falar em inflação de demanda.

Claro que, na medida em que a economia retomar o crescimento, poderá haver pressões inflacionárias. Isso pode ser resolvido mediante políticas de renda, e não com recessão e desemprego, como atualmente. Aliás, foi com políticas de renda que a Europa Ocidental conciliou estabilidade e prosperidade por quase três décadas.

O risco externo é o risco da chantagem do capital financeiro especulativo, que obviamente vai sair do Brasil com a queda da taxa de juros. Justamente por isso, propõe-se a administração do câmbio num patamar favorável às exportações. Vamos cumprir rigorosamente nossos compromissos externos, desde que nos deixem crescer. Basta de pagar com recessão e desemprego. Se for necessário proteger nossa capacidade de crescimento, deveremos buscar aprofundar nossas relações econômicas com parceiros estratégicos não chantagistas: China, Índia, África do Sul, Japão, Rússia.

A visão ortodoxa: pagar juros!

Finalmente, vejamos o que significa uma política de pleno emprego no plano da economia física. Usaremos os cerca de R\$ 70 bilhões anuais do superávit primário para financiar dispêndio público em saúde, educação, habitação popular, saneamento, segurança e defesa. Uma parte para atualizar e ampliar nossa infra-estrutura, sobretudo logística. Com isso estarão sendo criados milhões de empregos diretos e, mais importante, via aumento da demanda efetiva, outros milhões de empregos no setor privado. O financiamento disso não é inflacionário, já

que é dinheiro (superávit) extraído da sociedade, via impostos.

É possível que os ortodoxos levantem outro argumento, o de que o superávit primário deve ser destinado a pagar (parte dos) juros, pois, do contrário, o governo perderá credibilidade para rolar a dívida pública. É um embuste e uma falácia. Os receptores dos juros do Governo não querem dinheiro, pois dinheiro não rende juros. Querem, sim, títulos da dívida pública, mesmo que a taxa de juros caia. Hoje, quando recebem os juros equivalentes ao superávit primário, correm para trocá-los por títulos. O esquema proposto evitará essa volta, pois receberão diretamente em títulos.

No curso da política de pleno emprego a receita tributária, em razão do aumento do PIB a uma taxa de no mínimo 7% ao ano, crescerá continuamente, reforçando a capacidade de gastos do setor público ainda mais, e deixando uma margem para a redução do déficit nominal – como ocorreu nos EUA nos anos 90, sob Clinton.

Ao fim, o desemprego praticamente terá desaparecido, num ambiente de prosperidade geral. Se quiser reduzi-lo a zero, a menos de algum desemprego friccional, o Governo poderá fazer um programa de expansão do emprego público. Hoje, o emprego público no Brasil representa apenas 8,56% do emprego total. Nos Estados Unidos, são 16%. Na França, 27%.

Portanto, desemprego zero não é uma utopia. É uma possibilidade real de fazer uma economia próspera com democracia social. ■

ENTREVISTA João Sicsú, do Instituto de Economia da UFRJ

"Este governo será sempre u

O economista João Sicsú é professor do Instituto de Economia da UFRJ e tem se destacado no debate acadêmico e político ao sustentar – a partir do texto “A transição do modelo de política econômica: uma transição do plano A para o plano A+” – que a política econômica do Governo Lula é uma continuação e aprofundamento da política do governo anterior, de FHC.

Organizou, junto com Gilberto Tadeu Lima, o livro, “Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo”, lançado no primeiro semestre. No dia 17 de novembro, estará lançando, no Rio (ver pág. ??), o livro “Agenda Brasil – políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços”, que organizou com José Luiz Oreiro e Luís Fernando de Paula, os dois últimos agraciados com o Prêmio Cofecon de Economia, em 2003.

O **JE** foi ouvi-lo para conhecer as suas opiniões e análises do atual momento econômico sob o comando do Governo Lula.



ampla. Um Plano B, alternativo à política econômica liberal de FHC, foi descartado antes mesmo de Lula tomar posse. Adotaram como objetivo prioritário a conquista de credibilidade/reputação por parte dos mercados financeiros nas ações do governo. Esqueceram que um governo responsável deve ter sempre uma única meta principal: desemprego zero e salários dignos.

JE – Mas o que significam exatamente os termos credibilidade/reputação?

Sicsú – Segundo as teorias econômicas mais conservadoras, credibilidade é sinônimo de inflexibilidade para ações de um governo, isto é, um governo ganha credibilidade se não pode decidir e reagir no dia a dia. Um governo ganha credibilidade se é capaz de colocar “algemas nos seus próprios pulsos”. A credibilidade é um conjunto de comportamentos que deve ser observado a cada minuto, em cada declaração dos governantes, em cada entrelinha. A reputação é o somatório de atitudes passadas, ou seja, é o estoque de “bons

comportamentos” avaliados pelos mercados financeiros. Reputação é o resultado do que é acumulado a cada ato de credibilidade. O tripé do Plano A+ busca, então, retirar do governo a sua capacidade de intervir na economia através do uso de políticas monetária, cambial e fiscal. A política monetária será formalmente “doada” ao banco central autônomo (ou independente). A política fiscal foi quase anulada, já que as metas de superávit fiscal retiraram do governo a sua capacidade de aumentar os seus gastos com investimentos e em programas sociais. A liberalização financeira, ao permitir um número ilimitado de transações com o exterior, retirou a força da política cambial na medida em que as reservas do Banco Central serão sempre insuficientes diante do poder de fogo dos mercados financeiros doméstico e internacional.

JE – Mas esta não é apenas, como muitos avaliam, uma política econômica de transição?

Sicsú – Se o Plano A+ fosse transitório, passageiro, o Presidente Lula não deveria

Jornal dos Economistas – Como caracteriza o modelo de política econômica do Governo Lula?

João Sicsú – Passados 10 meses da posse de Lula, não há mais controvérsias sobre esse tema. Os próprios governantes já admitem abertamente que foi implementada a mesma política econômica do governo de FHC. E esta é uma política econômica liberal-conservadora que é, é claro, patrocinada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo sistema financeiro doméstico e internacional. Os governantes argumentam que não havia (ou não há) outra alternativa segura e responsável. Optaram, então, pelo Plano A+, isto é, adotaram o mesmo Plano A de FHC aplicado de forma muito mais intensa e

m Clark Kent"



ter nomeado uma equipe conservadora para dirigir a economia. Por exemplo, o principal economista do ministério da Fazenda, o Secretário do Tesouro, já compunha a equipe de FHC. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi presidente do BankBoston (de 1996 a 1999) e se elegeu deputado federal em 2002 pelo PSDB. Ele recrutou parte da sua diretoria diretamente no mercado financeiro ou em instituições acadêmicas que têm a tradição de preparar quadros para o sistema financeiro, com um bom e longo estágio no governo. Esta equipe conservadora é definitiva, só será mudada – talvez!! – se houver uma profunda crise econômica, o que certamente não aposta o Presidente. Ademais, se o Plano A+ fosse transitório, o Presidente e sua equipe econômica não deveriam fazer campanha pela autonomia do Banco Central, que impedirá que o governo determine a taxa de juros no futuro. Não deveriam, também, ter estabelecido mega-superávits fiscais para os próximos anos (4,25% do PIB até 2007). Aqueles que defendem a tese que isso tudo é apenas transitório chamam os opositores do modelo econômico atual de politicamente ingênuos. Afirmam que tudo isto é uma esperteza política que está acima da técnica econômica. Sonham com o seguinte script: primeiro, o Governo ganha credibilidade e acumula reputação; depois, já que ganhou a confiança dos mercados financeiros, implementa a genuína proposta desenvolvimentista. Sonham que de dentro do Clark Kent, bobo e acanhado, surgirá o Super Homem, forte e vencedor. Isto é ingenuidade infantil. A ingenuidade neste caso advém do desconhecimento das teorias econômicas mais conservadoras.

Optaram pelo Plano A+, isto é, adotaram o mesmo Plano A de FHC aplicado de forma muito mais intensa e ampla. Um Plano B, alternativo à política econômica liberal de FHC, foi descartado antes mesmo de Lula tomar posse

JE – *Mas há, por sua vez, razões teóricas para se supor que o plano A+ seja definitivo? Quais são essas razões?*

Sicsú – Esses que estão iludidos com a opção que o Governo adotou deveriam saber que nada que é transitório, ou seja, que tem um período curto de duração, gera credibilidade/reputação. A credibilidade ganha a cada dia, em cada ação concreta, é muito pequena. Assim, um estoque de reputação é constituído somente depois de anos e anos de acanhamento e submissão. Se, por um lado, para um governo formar um estoque de reputação perante os mercados, serão necessários muitos anos, por outro, um governo poderá perder uma grande parte ou quase toda a reputação acumulada em minutos: basta que uma mera declaração de um importante governante seja interpretada pelo mercado como sendo de tom desenvolvimentista. Há uma assimetria temporal indicada na teoria econômica que os que se acham politicamente espertos desconhecem: demora-se muito tempo para formar um estoque de reputação que pode ser perdido rapidamente – basta um mero “deslize” verbal de um importante governante. Em resumo, o processo de conquista de reputação é infinito. Nunca acabará. Os mercados são exigentes e insaciáveis em relação ao comportamento de governos. O caminho apontado pelo plano A+, portanto, não tem volta. É irreversível! O dia que o Clark Kent se transformará em Super Homem jamais chegará. Transformações dessa natureza somente acontecem no mundo da fantasia. Na realidade, este governo será sempre um Clark Kent.

JE – *Qual a sua avaliação dos resultados dos primeiros dez meses de implementação do que você chama de Plano A+?*

Sicsú – A política econômica adotada pelo governo Lula atingiu seus únicos dois objetivos, que eram: (i) conquistar credibilidade para a política econômica do governo (ou recuperar a confiança dos mercados financeiros no país); e (ii) controlar a inflação. As políticas monetárias e fiscais contracionistas foram bem sucedidas. A inflação caiu de 2,25% no mês de

janeiro para 0,34% em agosto. Com a taxa de juros básica da economia mantida em 26,5% ao ano (o que foi feito nos primeiros meses de 2003) e tendo sido realizado um superávit primário fiscal de aproximadamente 6% do PIB entre janeiro e maio, a tarefa de conter a inflação tornou-se relativamente fácil. Mais difícil era a tarefa de conquistar credibilidade, ou recuperar a confiança no governo e na economia do país. Mas o governo foi bem sucedido também neste campo. Para conquistar a credibilidade, tomou decisões que se mostraram bastante eficazes para demonstrar que agiu e continuará agindo de forma considerada “responsável” pelos mercados financeiros. A forma “responsável” de agir foi bem avaliada pelos mercados, já que o governo anulou ou está em processo de anulação da sua capacidade de implementar políticas macroeconômicas e, além disso, iniciou uma jornada (que será longa) de aprovação de reformas e regras que consolidam o modelo adotado. Em consequência, a cotação do dólar que era de aproximadamente R\$ 3,50, em janeiro, caiu para R\$ 2,85, em outubro, e o risco-país que era de aproximadamente 2.400 pontos no início do governo, em outubro variou entre 600 e 700 pontos. O Brasil é considerado um bom negócio, de alta rentabilidade e liquidez. Com a entrada avassaladora de capitais no País, o dólar e o risco-país despencaram. Em compensação, os números que de fato interessam para a população são desastrosos.

JE – *Quais são esses números que interessam à população?*

Sicsú – As políticas macroeconômicas implementadas geraram um elevado custo em termos de desemprego, que está em torno de 13%, e provocaram uma forte desaceleração da taxa de crescimento do PIB que, para os mais otimistas, será de 0,7% em 2003. Segundo estimativas do Dieese-Seade, somente na região metropolitana de São Paulo existem mais de dois milhões de desempregados. Por vezes, o ministro Palocci (da Fazenda) argumenta que o custo em termos de produto e emprego das suas políticas de busca da credibilidade e de combate à inflação foi

e está sendo baixo se comparado, por exemplo, com a Argentina que, em 2001, contraiu o seu PIB em 4,4% e, em 2002, teve uma contração de 10,9%. Contudo, aqui, cabe o uso de uma metáfora: o ministro está comparando “laranjas com bananas”. A Argentina não teve apenas uma crise cambial, tal como o Brasil em 2002, mas, sim, uma crise que foi além da economia. A Argentina teve uma crise econômica, que foi muito além da crise cambial, teve intensas corridas bancárias, mas teve muito mais que isso: houve a renúncia do presidente eleito (De la Rúa) e uma crise política que parecia interminável, com manifestações sociais descontroladas. O caso argentino de 2001/2 é de outra natureza, foi uma crise econômica, política e social generalizada, não pode ser comparado à crise cambial brasileira de 2002.

JE – *Quais são as perspectivas econômicas para 2004?*

Sicsú – Tendo controlado a inflação e conquistado credibilidade, o Governo brasileiro espera que tenha acabado a fase das “vacas magras” (como disse o presidente recentemente, utilizando mais uma metáfora). Afinal, as duas condições macroeconômicas básicas para que uma economia possa crescer, segundo a visão conservadora, foram alcançadas. O governo quer que 2004 seja um ano de algum crescimento econômico minimamente satisfatório. Essa é, até mesmo, uma necessidade eleitoral, em virtude dos pleitos municipais do ano que vem. Basicamente, duas medidas estão sendo tomadas pelo governo objetivando a retomada do crescimento. A taxa de juros básica da economia está sendo reduzida e está sendo montada uma arquitetura para os projetos de parcerias público-privadas (os chamados PPP's). Os projetos de parcerias público-privadas são programas que objetivam garantir uma rentabilidade mínima para o capital. Os PPP's tentarão estimular o investimento em infra-estrutura pelo setor privado. Estão sendo estabelecidas regras seguras de reajuste do valor unitário da tarifa do serviço a ser oferecido à população e será garantida uma quantidade mínima negociada do serviço - já que a rentabilidade de qualquer projeto de investimento depende do valor unitário do item oferecido e da quantidade vendida. A quantidade mínima será garantida pelo compromisso do governo em pagar pela quantidade que não for vendida ao públi-

O Brasil é considerado um bom negócio, de alta rentabilidade e liquidez. Com a entrada avassaladora de capitais no País, o dólar e o risco-país despencaram. Em compensação, os números que de fato interessam à população são desastrosos



co. Por exemplo, haverá uma regra de indexação do valor unitário do pedágio de uma determinada rodovia construída pelo setor privado, e, caso não tenha trafegado por essa estrada a quantidade de veículos necessária para gerar a rentabilidade mínima do investimento em determinado período, o governo pagará à empresa investidora como se ali tivesse passado a quantidade mínima de veículos. Os PPP's poderão não produzir os resultados esperados. O governo, com o seu projeto de estímulo ao investimento privado, não está eliminando a incerteza do investidor, simplesmente está transferindo a incerteza de mercado (demanda futura) para o setor público. Agora, o investidor deve avaliar se o governo terá condições de honrar com essas despesas (o pagamento da renda mínima do investidor), em uma situação em que a arrecadação tributária tem se mostrado insuficiente e que pode se deteriorar ainda mais em condições de baixo crescimento.

JE – *Mas o efeito de redução da taxa de juros não fará certamente a economia crescer?*

Sicsú – Não. A segunda aposta do governo, a redução da taxa de juros, possivelmente poderá não produzir um efeito significativo também. Primeiro, porque será limitada, em função do temor governista de inflação e da necessidade de manter a rentabilidade do capital financeiro (que pode fugir para outros países, ameaçando com mais uma crise cambial se não for bem remunerado por aqui). Segundo, porque a taxa de juros tem uma baixa capacidade de explicar o consumo de duráveis domésticos. As variáveis capazes de explicar de forma incontestável o consumo de duráveis domésticos são a massa salarial (número de empregados multiplicado pelo salário real médio) e o prazo médio de financiamento. A massa salarial encontra-se comprimida, devido à queda real acentuada dos rendimentos e a elevação do desemprego. O prazo de financiamento (ou seja, o número de prestações), que reduz o valor comprometido mensalmente da ren-

da do consumidor quando este se endividou, não foi estendido de maneira significativa e generalizada pelo comércio varejista.

JE – *Então, não haverá crescimento em 2004?*

Sicsú – O ano de 2004 será mais um ano de crescimento medíocre da economia brasileira – isto é o melhor resultado que se pode esperar, se não houver nenhum choque externo ou interno. Caso a economia venha a ser atingida por algum choque que provoque mais uma crise cambial, dificilmente se escapará de uma recessão mais acentuada. O crescimento será medíocre em 2004 porque os canais de estímulo à demanda estão fechados. A política de metas para o superávit fiscal primário impede que o governo realize investimentos. O desemprego está elevado e os salários em termos reais estão em queda, o que reduz a capacidade da economia se recuperar por intermédio do consumo. As expectativas empresariais daqueles que produzem para o mercado doméstico não estão otimistas, o que reduz dramaticamente a possibilidade de a economia ser alavancada pelo investimento. Com o dólar flutuando livremente e abaixo dos R\$ 3, a demanda por exportações parece já ter atingido o seu limite. Enfim, esboça-se um quadro com possibilidades limitadas para o próximo ano. Os governantes dizem que a fase de sacrifício foi transitória e que entraremos numa fase mais permanente de crescimento. Entretanto, pode acontecer exatamente o contrário: o sacrifício em termos de desemprego pode permanecer e o descontrole cambial e a inflação podem nos atormentar novamente.

JE – *O que foi feito de positivo pelo Presidente Lula?*

Sicsú – Antes de tomar posse prometeu algo extremamente positivo: criar 10 milhões de empregos. Depois de tomar posse, de positivo, mesmo, somente a nomeação do professor Carlos Lessa para o BNDES e de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães para o Ministério das Relações Exteriores. ■

ARTIGO DO LEITOR Pedro Paulo Silveira Felicíssimo*

Faixa amarela nas exportações para os EUA

Ultimamente, o noticiário internacional tem dado ênfase aos rumos que a ordem política e econômica mundial, em especial, o sistema supranacional (constituído pelo concerto das nações, após os dois conflitos mundiais, e cujas colunas principais são a ONU e seu Conselho de Segurança e a Organização Mundial do Comércio – OMC), irá seguir após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. Outro destaque é quanto ao significado para as relações internacionais do documento intitulado “A Nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA”, do governo George W. Bush.



Foto: E & R Programação Visual

Do ponto de vista econômico, as implicações da Nova Estratégia adquirirão aspecto ainda mais sombrio e lançam dúvidas e incertezas sobre os novos rumos da economia internacional, após 12 de dezembro de 2003. Nesta data, entram em vigor o *Bioterrorism Act* (Lei do Bioterrorismo) e outras exigências para as exportações com destino ao mercado norte-americano.

A pretensão deste artigo é difundir alguns pontos principais dessas exigências, expostos durante a apresentação do seminário “Exportando para os EUA: a Lei do Bioterrorismo e outras exigências”, em agosto último, no Rio.

Em primeiro lugar, a criação do Departamento de Segurança Interna trouxe uma nova dinâmica ao regime alfandegário norte-americano. Com *status* e força de ministério, o DHS passou a agregar os *Bureaus* de Al-

fândega, Imigração e Naturalização, órgãos até então meramente fiscalizadores e arrecadadores, e criou-se um canal direto de informações com o *Food and Drug Administration*, tendo como prioridade principal a segurança de tudo o que adentra ao território norte-americano: pessoas ou cargas.

Até esta data, as informações sobre a importação de alimentos e bebidas chegam ao FDA através de cópias dos manifestos de carga da Alfândega, por um sistema denominado *Oasis*. A partir de 12 de dezembro, entre as principais exigências contidas na Lei do Bioterrorismo, de especial interesse para o Brasil há o capítulo III, que trata da importação de alimentos e bebidas são:

(i) Registro dos estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de e para os EUA realizado por um agente credenciado junto às autoridades norte-americanas;

(ii) Manutenção de registros para consultas, no mínimo por dois anos, do *supply chain* (*inputs e outputs*) dos estabelecimentos produtores, exportadores e importadores;

(iii) Notificação antecipada dos manifestos de carga aos EUA pelo transportador (tempo definido de acordo com o modal de transporte), com cópias para a Alfândega e o FDA.

(iv) Detenção administrativa por parte das autoridades norte-americanas de carga com não conformidade (rótulos, embalagens, peso, etc.).

Prejuízos estimados

As medidas aplicam-se às instalações de bebidas e alimentos, excetuando-se as instalações fiscalizadas por outros órgãos, como, por exemplo, as de carnes e aves, fiscalizadas pelo Departamento de Agricultura dos EUA.

As atividades estrangeiras que necessitam registro são: manufatura, processo, empacotamento e manuseio de alimentos para consumo humano e animal.

As exportações para os EUA após 12 de dezembro de 2003 que não apresentarem essas exigências poderão sofrer liquidação de danos e detenção administrativa, acarretando perdas e prejuízos financeiros irreparáveis aos proprietários das cargas e do transporte.

Outros programas que estão sendo implementados pelos EUA:

CTPAT – Programa “voluntário” para empresas importadoras dos EUA, posteriormente a ser estendido às empresas estrangeiras exportadoras, o qual serve como cartão de visitas e de boas vindas ao mercado norte-americano. Através de uma *“Acceptance Letter”*, as empresas que aderem ao programa apresentam as respectivas medidas de segurança aplicadas

As exportações para os EUA após 12 de dezembro de 2003 que não apresentarem essas exigências poderão sofrer liquidação de danos e detenção administrativa (...) Os impactos dessas mudanças podem ser estimados: redução de 16% na pauta de exportadores para os EUA; prejuízo de cerca de US\$ 300 milhões por ano, mais um custo adicional de US\$ 228 milhões a cada ano

em seus estabelecimentos para avaliação e sugestões à Alfândega (CBP). Essas medidas aplicam-se a instalações físicas, controles de acesso, pessoal, educação e treinamento em segurança. Pode ser entendida como uma ISO 9000 de Segu-

rança e necessariamente em pouco tempo será obrigatória.

CSI - Lei de Segurança de Contêineres, talvez, a que irá causar mais polêmicas, pois envolve a fiscalização anterior ao embarque, no país de origem, de carga de alto risco, por

inspetores norte-americanos conjuntamente com autoridades do país exportador. Principais pontos: (i) Haverá um sistema de avaliação de riscos automático; (ii) Compartilhamento de dados de inteligência entre os países; (iii) Avaliação dos portos (infraestrutura e segurança), com três inspetores, um analista de pesquisas e um representante do CBP garantirão a presença da alfândega norte-americana nos portos estrangeiros. Aproximadamente 61 portos já aderiram a este programa e estão sendo esperados numa segunda fase mais adesões, incluindo o Porto de Santos, no Brasil.

Os impactos dessas mudanças drásticas na regulação alfandegária norte-americana podem ser estimados: redução de 16% na pauta de exportadores para os EUA; prejuízo de

cerca de US\$ 300 milhões por ano, mais um custo adicional de US\$ 228 milhões a cada ano.

Espera-se cerca de 205.405 registros de empresas e 20.000 notificações prévias de embarque por dia. Vale a pena lembrar que a pauta de exportações brasileiras em agronegócios, enquadradas no capítulo III do *Bioterrorism Act*, é da ordem de US\$1,2 bilhão ao ano.

Algumas questões foram lançadas durante o debate: a dos alimentos transgênicos e sua regulação; a possibilidade de incentivos fiscais para as empresas que aderirem ao programa, como uma forma de reduzir o impacto sobre o volume das exportações; as negociações da Alca e as implicações das medidas em seu escopo. ■

* Economista, leitor do *JE* e consultor em Comércio Exterior

FILIADOS DO CORECON-RJ

O Jornal do Commercio esta oferecendo aos filiados do CORECON, uma promoção exclusiva de uma semana de cortesia e 20% de desconto na assinatura semestral ou anual.

PREENCHA O CUPON E GANHE UMA SEMANA DE CORTESIA

EMPRESA:	CARGO:	
<input type="text"/>		
DESTINATÁRIO/NOME:		
<input type="text"/>		
ENDEREÇO:		
<input type="text"/>		
BAIRRO:	CEP:	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
CIDADE:	TELEFONE:	CELULAR:
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail):		
<input type="text"/>		
DATA DE NASCIMENTO:	HOBY:	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
LOCAL ONDE DEVE SER ENTREGUE O EXEMPLAR:		
<input type="text"/>		

Favor preencher e enviar por fax.

Maiores informações:
(21) 2516-7500
com Marcia Farsura

JORNAL DO COMMERCIO
do Rio de Janeiro
bom para o seu dia a dia.

Grande Hotel SÃO FRANCISCO

*** RIO DE JANEIRO



NO CENTRO EMPRESARIAL E FINANCEIRO

localização hospitalidade economia

DESCONTOS ESPECIAIS PARA ECONOMISTAS e empresas membros do CORECON; 40% sobre as diárias mediante identificação (uso pessoal) ou cadastramento (empresas)

SÃO CHICO

bar e restaurante

cozinha internacional

FRISCO

Coffee shop e restaurante

buffet executivo

DESCONTOS ESPECIAIS PARA ECONOMISTAS membros do CORECON; 15% sobre o cardápio

CADASTRE SUA EMPRESA

www.hotelsaofrancisco.com.br

Rua Visconde de Inhaúma, 95 (esquina da Av. Rio Branco)
CEP 20091-000 - Rio de Janeiro - RJ

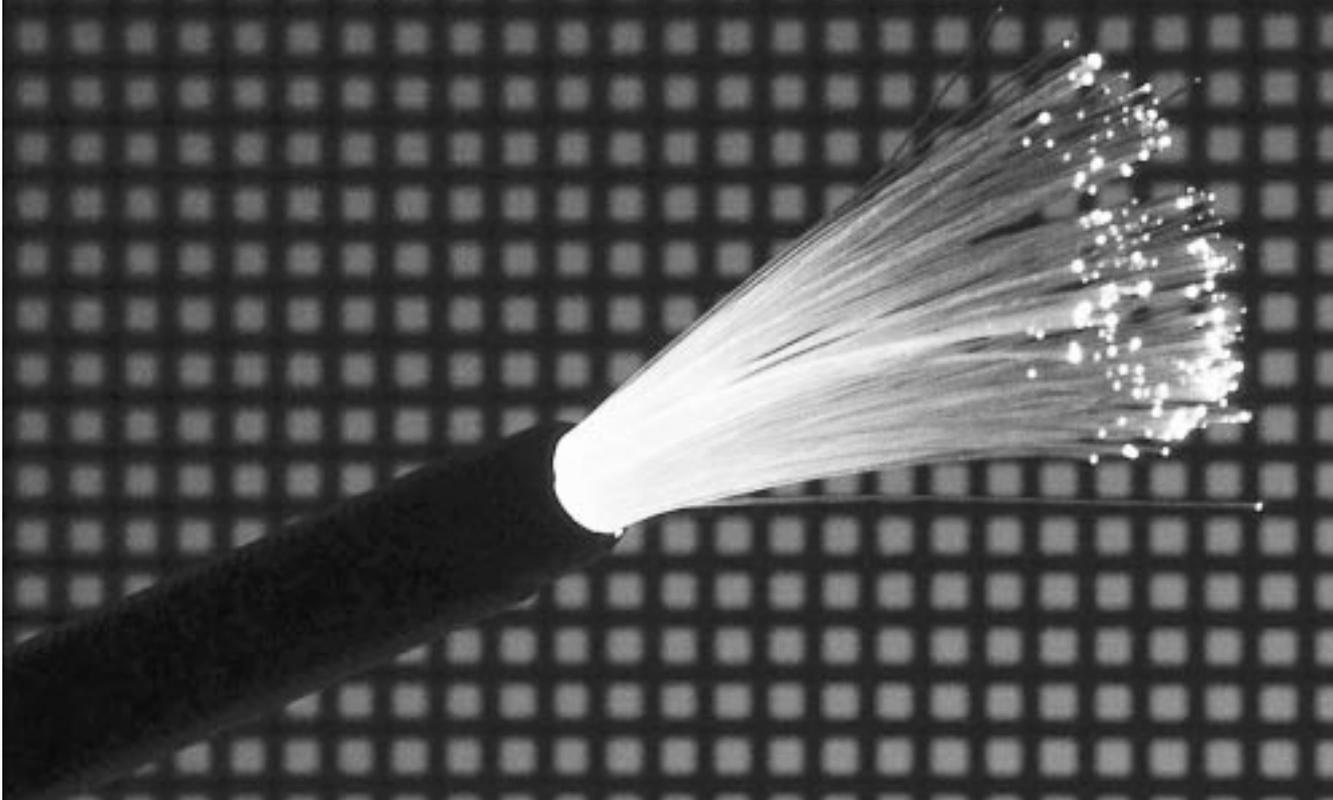
CENTRAL DE RESERVAS

Tel: (21) 2121-1224 • Fax: (21) 2121-1260
e-mail: reservas@hotelsaofrancisco.com.br

modernos hotéis

Embarcar 010 360 2212

Agilidade. Está aí uma coisa de
que você não pode abrir mão.



www.banrisul.com.br

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet. É a *Agência Virtual Banrisul*. Fácil de usar, basta você acessar www.banrisul.com.br para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

banrisul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agência Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 463 - Centro - Tel.: (21)2224.2282

Agência Copacabana

Av. N. Sra. de Copacabana, 827A - Tel.: (21) 2548.6089

Agência Tijuca

R. General Roca, 798 - Tel.: (21)2567.7886

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Orçamento do Rio privilegia obras

Programa de assistência às crianças de rua terá R\$ 1, em 2004

Nesta e na próxima edição, o JE estará publicando a análise e os dados da proposta orçamentária enviada pelo Executivo Municipal à Câmara de Vereadores. Nesta edição, os dados e a discriminação de receitas e despesas previstas para o ano que vem. No próximo JE, a análise comparativa da proposta de 2004 com a dos anos anteriores.

A análise preliminar que segue baseia-se na proposta orçamentária para o município do Rio em 2004, publicada no Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (DCM), em 3 de outubro passado. Essa proposta será votada, em data ainda não marcada, e servirá de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem. Para facilitar a sua leitura, a análise foi estruturada em tópicos.

Receitas

A estimativa das receitas orçamentárias para o exercício de 2004 é de R\$ 9.430.533.957, sendo 89,06 % dessa receita (R\$ 8.376.649.816) compostos por recursos oriundos do Tesouro e o restante (R\$ 1.053.884.141) por Outras Fontes, sendo R\$ 443.493.000 de Receitas de Contribuições Sociais e R\$ 304.306.000 de rendimento de aplicações financeiras no Funprevi e Previ-Rio.

As Receitas Correntes correspondem a 96,59% da receita total, isto é, estão estimadas em R\$ 9,180 bilhões, enquanto as Receitas de Capital são apenas 3,41% da receita total.

Dentro de Receitas Correntes, as maiores participações são da Receita Tributária (29,28%), das Transferências Correntes (34,75%) e de Outras Receitas Correntes, que compreendem, principalmente, multas e juros de mora e a receita da Dívida Ativa (17,90%).

A Receita Tributária, que compreende os impostos e as taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos de competência do Município, está estimada em R\$ 2,761 bilhões.

As Transferências Correntes – provenientes do Estado e da União, de natureza constitucional e voluntária, incluindo convênios firmados com a iniciativa privada – estão estimadas em R\$ 3,227 bilhões. Estão estimados R\$ 1,132 bilhão de Transferências da União, onde se destacam R\$ 784,8 milhões, de Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), e R\$ 1,394 milhões, de Transferência do Estado.

As Outras Receitas Correntes estão estimadas em R\$ 1,687 bilhão. Neste grupo encontram-se as Multas e Juros de Mora, no montante de R\$ 243,3 milhões, e a Re-

PROPOSTA PARA 2004		
RESUMO DA DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS		
	em R\$	%
Poder Legislativo		
20- Câmara Municipal	207.555.759,00	2,20%
21- Tribunal de Contas do Município	65.605.660,00	0,70%
Poder Executivo		
10- Secretaria Municipal de Governo	33.390.490,00	0,35%
11- Gabinete do Prefeito	700.715.424,00	7,43%
12- Controladoria Geral do Município	19.342.423,00	0,21%
13- Secretaria Municipal de Administração	1.740.484.667,00	18,46%
14- Secretaria Municipal de Fazenda	112.733.656,00	1,20%
15- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	332.078.511,00	3,52%
16- Secretaria Municipal de Educação	1.339.755.630,00	14,21%
17- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	238.682.479,00	2,53%
18- Secretaria Municipal de Saúde	1.613.586.808,00	17,11%
19- Secretaria Especial de Desenvolvimento Econ., Ciências e Tecn.	1.888.290,00	0,02%
22- Procuradoria Geral do Município	54.791.349,00	0,58%
23- Secretaria Municipal de Urbanismo	28.206.058,00	0,30%
24- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	114.006.771,00	1,21%
25- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	101.795.784,00	1,08%
26- Secretaria Municipal de Trabalho e Renda	19.571.085,00	0,21%
28- Secretaria Especial de Projetos Especiais	1.149.740,00	0,01%
29- Secretaria Municipal de Transportes	88.385.060,00	0,94%
30- Secretaria Municipal das Culturas	131.833.889,00	1,40%
31- Encargos Gerais do Município	2.231.767.461,00	23,67%
32- Secretaria Municipal de Habitação	228.953.007,00	2,43%
33- Secretaria Especial de Turismo	824.380,00	0,01%
34- Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	1.588.480,00	0,02%
36- Secretaria Especial de Prevenção à Dep. Químico	1.153.157,00	0,01%
37- Secretaria Especial da Terceira Idade	1.244.999,00	0,01%
38- Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais	1.097.620,00	0,01%
39- Secretaria Especial de Comunicação Social	2.145.320,00	0,02%
99- Reserva de Contingência	16.200.000,00	0,17%
TOTAL	9.430.533.957,00	
RESUMO DA DESPESA POR FUNÇÃO		
01- Legislativa	273.161.419,00	2,90%
02- Judiciária	36.091.681,00	0,38%
04- Administração	533.956.133,00	5,66%
06- Segurança Pública	147.060.923,00	1,56%
08- Assistência Social	229.637.467,00	2,44%
09- Previdência Social	1.815.883.316,00	19,26%
10- Saúde	1.613.586.808,00	17,11%
11- Trabalho	19.571.085,00	0,21%
12- Educação	1.387.963.006,00	14,72%
13- Cultura	96.427.495,00	1,02%
15- Urbanismo	754.577.893,00	8,00%
16- Habitação	228.953.007,00	2,43%
17- Saneamento	18.531.294,00	0,20%
18- Gestão Ambiental	107.334.875,00	1,14%
19- Ciência e Tecnologia	1.888.290,00	0,02%
22- Indústria	9.679.710,00	0,10%
23- Comércio e Serviços	56.799.043,00	0,60%
26- Transporte	88.385.060,00	0,94%
27- Desporto e Lazer	102.492.784,00	1,09%
28- Encargos Especiais	1.908.552.668,00	20,24%

ceita da Dívida Ativa, estimada em R\$ 172,6 milhões. E R\$ 1,136 bilhão da Receita da Dívida Ativa vem da Receita Extraordinária para Amortização da Dívida renegociada com a União.

Despesas

A despesa fixada para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é de R\$ 1.613.586.808,00, o que representa 17,11% da receita total estimada; para a Secretaria Municipal de Educação (SME) é de R\$ 1.339.755.630,00 (14,21%). Os Encargos Gerais do Município têm 27,67% de participação na receita esti-

mada para o próximo ano, ou seja, R\$ 2.231.767.461,00, e a Secretaria Municipal de Administração tem 18,46%, ou, R\$ 1.740.484.667,00. As demais secretarias não têm grande participação.

Remanejamento

Mesmo que os valores propostos venham a se concretizar na redação final para o Orçamento de 2004, isso não é suficiente para garantir que tais porcentagens sejam gastas nessas secretarias, pois, na mesma proposta, há uma expansão da margem de remanejamento em 15%, em relação ao ano passado.

RESUMO DA RECEITA

		%
1. Receitas do Tesouro	8.376.649,00	88,82%
1.1 Receitas correntes	8.118.748,00	86,09%
Receitas tributárias	2.761.060,00	29,28%
Receitas de Contribuições	3.000,00	0,03%
Receitas Patrimoniais	407.743,00	4,32%
Receitas Industrial	-	-
Receitas de Serviços	372,00	0,00%
Transferências Correntes	3.271.561,00	34,69%
Outras Receitas Correntes*	1.675.011,00	17,76%
1.2 Receitas de Capital	257.901,00	2,73%
Operações de Crédito	257.212,00	2,73%
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos	689,00	0,01%
2. Receitas Diretamente Arrecadada pelas Autarquias e Fundações	940.583,00	9,97%
2.1 Receitas Correntes	878.512,00	9,32%
2.2 Receitas de Capital	62.071,00	0,66%
3. Receitas de Geração Própria das Empresas e Sociedades de Economia Mista	113.300,00	1,20%
	0,00%	
3.1 Receitas Correntes	111.346,00	1,18%
3.2 Receitas de Capital	1.954,00	0,02%
TOTAL	9.430.532,00	100,00%

* sendo que 1.136 milhões de Receita Extraordinárias- dívida c/ a união

	em milhões				
	Tesouro	Outras fontes	Total	% rec. total	% rec. correntes
Receitas correntes	8.118,70	989,90	9.108,60	96,59%	
Receitas tributárias	2.761,10	0,00	2.761,10	29,28%	30,31%
Receitas de Contribuições	3,00	443,50	446,50	4,73%	4,90%
Receitas Patrimoniais	407,70	364,60	772,40	8,19%	8,48%
Receitas Industrial	0,00	8,20	8,20	0,09%	0,09%
Receitas de Serviços	0,30	154,80	155,10	1,64%	1,70%
Transferências Correntes	3.271,60	5,80	3.277,40	34,75%	35,98%
Outras Receitas Correntes	1.675,00	12,90	1.687,90	17,90%	18,53%
Receitas de Capital	257,90	64,00	321,90	3,41%	
Operações de Crédito	257,20	0,00	257,20	2,73%	
Alienação de Bens e Amortiz. De Empréstimos	0,70	64,00	64,70	0,69%	
Receita total	8.376,60	1.053,90	9.430,50		
%	88,82%	11,18%	100,00%		

Ou seja, de acordo com o orçamento de 2003, o prefeito pode remanejar 15% do valor total do orçamento, e, para 2004, ele propõe uma margem de 30%. Esse percentual é de extrema importância e faz muita diferença. Se com o percentual de 15% para este ano, o prefeito foi capaz de inverter a situação de muitas secretarias, o que esperar com esse aumento para o ano que vem.

Para exemplificar o efeito que essa margem de remanejamento tem, veja o que aconteceu com algumas secretarias no primeiro semestre deste ano. A de Saúde, até aquele momento, havia se beneficiado dos remanejamentos em 3,02%; a de Educação, em 2,36%; enquanto a de Obras e Serviços Públicos já tinha um benefício de 88% e a das Culturas de 109,34% em relação ao orçamento original. A despeito do cumprimento dos limites legais e constitucionais na área de saúde e ensino, a "prioridade" do prefeito é transformada ao longo do exercício.

A Secretaria de Obras (SMO), segundo a proposta, tem suas despesas estipuladas em R\$ 332.078.511,00, o que representa 3,52% da receita estimada. Pode parecer que esse valor não é muito para um orçamento de R\$ 9.430.533.957,00, mas levando em consideração o poder de remanejamento de 30% a ser autorizado (?), essa secretaria poderá receber até R\$ 2,9 bilhões a mais do que o estabelecido.

Metas e prioridades

Na Empresa Municipal de Vigilância (EMV) se encontra o programa "Operação da Guarda Municipal" que tem a ação de desenvolver a informática, telecomunicação e instalações. Para este fim, a EMV irá contar com a aquisição de 30 equipamentos novos, construção de duas inspetorias e reforma de cinco outras já existentes, que estão previstos em R\$ 650 mil.

Obras e Jogos do Pan

A SMO destina grande parte de suas prioridades a obras que, implicitamente, são complementares às obras que serão executadas na Secretaria de Esporte e Lazer (SMEL) para atender as demandas da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Assim, dos 69 mil metros de ampliação da pavimentação que serão feitos pela SMO, 35 mil metros serão na AP-4 (Jacarepaguá e Barra), região que abrange a área onde os jogos irão ocorrer, e 28.300 metros na AP-3 (Leopoldina). Para isso, juntamente com a restauração de 500 metros de pavimentação, estão sendo estimados R\$ 22.654.829,00. Na AP-4 haverá 4 mil metros de drenagem ampliada - para onde está destinado apenas R\$ 1 - e a implantação de rede de esgotos em 200 mil metros, também com apenas R\$ 1.

A SMO fará ainda a ampliação e restauração de sete quilômetros da avenida das Amé-

ricas e dois quilômetros da auto-estrada Lagoa-Barra, cada uma com R\$ 10 mil previstos, o que faz cada quilômetro da auto-estrada ser três vezes e meia mais caro do que cada quilômetro na avenida das Américas.

A SMEL construirá cinco unidades esportivas e de lazer no município (sendo que quatro serão na AP-4), implantará 16% dos parques aquáticos na AP-5, região também próxima ao local aonde os jogos irão se realizar. Haverá ainda a implantação de 70% das vilas olímpicas do município na AP-4 e implantação de 25 vilas na AP-5. Para essas implantações, a prefeitura planeja gastar R\$ 12.034.336,00.

Creches

Obras com creches não parecem ser uma das prioridades da SMO. A secretaria executará a construção de apenas três Centros de Atendimento às Crianças no município, reformará seis e ampliará quatro, com somente R\$ 1.000,00. A ação de "Revitalização da Educação Infantil", da Secretaria de Educação, que atende crianças de quatro a cinco anos e 11 meses, ampliará apenas 12 mil vagas. Para isso, irá despender R\$ 30.295.076,00. Cada vaga criada, de acordo com os números, irá custar R\$ 2.530,00.

Merenda escolar

A - QUANTIDADE DE ALUNOS	767.524
B - QUANTIDADE DE REFEIÇÕES	106.384.000
C - VALOR ORÇADO EM R\$	74.166.388

CÁLCULOS

QUANTIDADE DE REFEIÇÕES POR ALUNO (B/A)	138,6
CUSTO POR ALUNO EM R\$ (C/A)	96,63
CUSTO POR REFEIÇÃO EM R\$ (C/B)	0,69

Serão 106.284.000 refeições servidas na merenda escolar, e para isto, prevê-se gastar R\$ 74.166.388, o que faz cada merenda custar R\$ 0,69.

Assistência social

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, R\$ 13.133.203 irão atender 65.389 famílias com a Bolsa Alimentar. Essa secretaria dará assistência e propiciará a recuperação de 40 mil meninos de rua, com apenas R\$ 1.

Porém, de acordo com a Fundação para a Infância e a Adolescência, no período de janeiro/2001 a outubro/2003, ou seja, na gestão do governo César Maia, o número de crianças que moram na rua em todos os municípios do Estado não chega a 1.500. Portanto, fica a dúvida, onde será que estão os outros 38.500 meninos de rua que serão contemplados por essa ação da SMDS? ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br · Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Conselho promove debate: um ano do Governo Lula

Evento no dia 27 homenageará Ricardo Tolipan,
Lia Haguenauer e Renato Melo

Com a participação já confirmada dos professores Francisco de Oliveira, da USP, Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, e Wilson Cano, da Unicamp (SP), o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro reabre seu auditório no próximo dia 27 de novembro, a partir das 17h, com a entrega do Prêmio de Monografia de 2003 e o debate “Quase um ano de Governo Lula: perspectivas”.



Antes da solenidade de premiações e do lançamento do novo Prêmio de Monografia 2004, haverá a homenagem aos economistas Lia Haguenauer, Ricardo Tolipan e Renato Melo,

falecidos em 2002. Serão entregues aos seus familiares as caricaturas dos economistas especialmente desenhadas pelo artista Cássio Loredano, colaborador do *Jornal dos Economistas* e autor do livro “Alfabeto Literário”. ■

Inscrições para cursos

Estão reabertas as inscrições para os cursos que o Corecon-RJ vem promovendo, como os de Matemática Financeira, Avaliação de Projetos de Investimento e Introdução à Crítica da Economia Política: o pensamento de Karl Marx.

Os cursos estão sendo ministrados desde setembro e novas turmas serão abertas, conforme as novas inscrições. As informações sobre os cursos, seus conteúdos programáticos e professores estão na página www.economistas.org.br.

Os cursos são oferecidos prioritariamente aos economistas registrados no Conselho, podendo ser aceitos, em casos especiais, estudantes de economia e profissionais de outras áreas.

Outros cursos estão sendo programados para o próximo ano. Os profissionais e estudantes interessados podem se cadastrar na página dos economistas e receber, via internet, as informações mais atualizadas sobre os eventos do Corecon. ■

Opções para o Brasil

A Fundação Konrad Adenauer, com o apoio de várias universidades brasileiras, acaba de lançar o livro “Opções de política econômica para o Brasil”, organizado por Dieter W. Benecke e Renata Nascimento. Dividido em três grandes abordagens – Crescimento econômico e justiça social, livre concorrência com controle de concentração e abertura de mercado e controle especulativo – o livro, com 450 páginas, traz textos de vários autores, entre eles, o professor Dercio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília. Pode ser encontrado na própria Fundação, sediada na Praça Floriano, 19/30º, no Centro. Informações via internet: www.adenauer.com.br. ■



Economistas do Rio elegem novo terço

Mais de dois mil profissionais registrados no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro foram às urnas, no último dia 30 de outubro, para a eleição do terceiro terço de conselheiros efetivos e suplentes, mais o delegado-eleitor efetivo (e suplente) ao colégio eleitoral do Cofecon.

Com exatos 2.110 votos (a grande maioria por correspondência), de um colégio de 8.497 profissionais aptos a votar, foram eleitos conselheiros efetivos Carlos Henrique Tibiriçá Miranda,

José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento; suplentes, Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha; delegado-eleitor efetivo, Reinaldo Gonçalves, e suplente, Ronaldo Raemy Rangel; e conselheiro efetivo do Cofecon, Sidney Pascotto da Rocha, e suplente, Eriksom Teixeira Lima.

O próximo presidente do Corecon-RJ será escolhido na primeira reunião plenária do Conselho com os novos eleitos, que tomarão posse no início de janeiro. ■